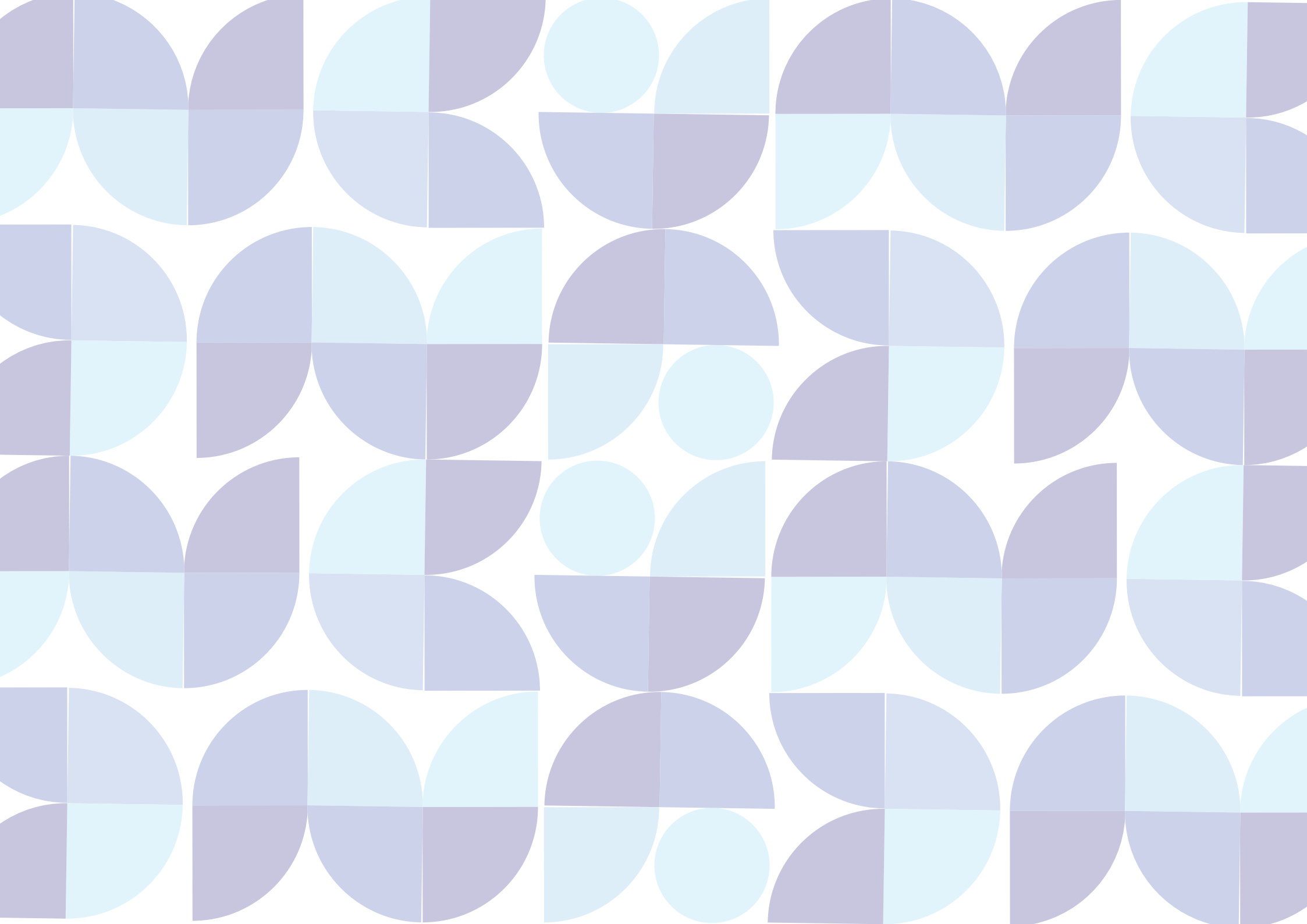


Cartilha Técnica de

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE



Composição Atual

Supervisor

Des. Everardo Lucena Segundo

Coordenador

Juiz Luciano Nunes Maia Freire

Membros

Juiz Daniel Carvalho Carneiro

Juíza Flávia Setúbal de Sousa Duarte

Juíza Ijosiana Cavalcante Serpa

Juíza Fabiana Silva Félix da Rocha

Juíza Maria Anita Araruna Corrêa Dias

Juíza Rhaila Carvalho Said

Juíza Dayana Claudia Tavares Barros de Castro

NCJ/TJCE (2025 - 2027)

Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE



Cartilha Técnica de

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

A cooperação judiciária representa um novo paradigma de atuação no Poder Judiciário, alicerçada em princípios como eficiência, informalidade, boa-fé, respeito mútuo e máxima celeridade. Trata-se de uma prática institucionalizada que visa assegurar a efetividade da jurisdição por meio da atuação colaborativa entre diferentes órgãos jurisdicionais e instituições públicas ou privadas.

A Resolução CNJ nº 350/2020 disciplina a cooperação judiciária no âmbito do Poder Judiciário, prevendo seus objetivos, formas, mecanismos e instrumentos. Com base nessa normativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará instituiu, por meio da Resolução TJCE nº 08/2021, o Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ/TJCE), com o objetivo de promover a cultura cooperativa e organizar a prática da cooperação em todas as suas dimensões.

Apresentação Institucional



A consolidação de uma Justiça moderna, célere e acessível exige mais do que inovação tecnológica: exige uma mudança de cultura. Nesse cenário, a cooperação judiciária se destaca como ferramenta essencial para a superação dos desafios que ainda dificultam a prestação jurisdicional eficiente.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará reafirma seu compromisso com os valores da colaboração, da integração entre instituições e da racionalização dos recursos, pilares que sustentam a cooperação judiciária. A atuação articulada entre juízos e tribunais, em todas as esferas e instâncias, contribui decisivamente para a efetivação dos direitos fundamentais e a pacificação social.

Iniciativas como esta cartilha, elaborada pelo Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ), refletem o esforço contínuo do TJCE em disseminar boas práticas, uniformizar procedimentos e valorizar o diálogo como instrumento de modernização da justiça. Esperamos que este material se torne referência para magistradas, magistrados, servidoras e servidores que atuam comprometidamente na construção de uma Justiça mais eficaz e humana.

A cooperação judiciária é mais do que uma técnica processual: é uma expressão do compromisso institucional com a eficiência, a harmonia entre os órgãos do sistema de justiça e o respeito à dignidade das partes envolvidas nos processos judiciais. Como prevê a Resolução CNJ nº 350/2020, trata-se de uma prática orientada pela informalidade, celeridade e máxima colaboração entre os atores do Judiciário e instituições parceiras.

No âmbito do TJCE, o Núcleo de Cooperação Judiciária atua como ponto de articulação entre juízos, tribunais e demais órgãos, orientando e incentivando a adoção de práticas cooperativas, de maneira padronizada, transparente e resolutiva. A consolidação de fluxos integrados, como nas oitivas antecipadas de crianças e adolescentes vítimas de violência, é apenas um exemplo do potencial transformador da cooperação.

Esta cartilha foi idealizada para servir como guia técnico e prático, estimulando a utilização dos instrumentos de cooperação e promovendo o fortalecimento de uma cultura colaborativa no Poder Judiciário cearense. Reafirmamos nosso compromisso com a disseminação do conhecimento, o aprimoramento das rotinas processuais e a valorização do trabalho em rede.

Des. Everardo Lucena Segundo

Supervisor do Núcleo de Cooperação Judiciária – TJCE





Fundamentos Normativos

Resolução CNJ nº 350/2020

- Estabelece diretrizes nacionais para a cooperação judiciária.
- Define as modalidades de cooperação (auxílio direto, reunião ou deslocamento de processos, atos concertados etc.).
- Estimula a formação de redes locais, estaduais e nacionais de cooperação.
- Preconiza o uso de meios eletrônicos e a desburocratização dos procedimentos cooperativos.

Artigos 67 a 69 do CPC/2015

- Impõem aos órgãos jurisdicionais o dever de cooperação recíproca.
- Amparam a atuação cooperativa para prática de atos processuais diversos, inclusive fora da circunscrição de origem.

Objetivos da Cooperação Judiciária

- Promover a fluidez e a eficácia dos atos judiciais.
- Otimizar a tramitação de processos por meio da interlocução direta entre juízos.
- Racionalizar recursos humanos e tecnológicos.
- Evitar a revitimização de pessoas vulneráveis.
- Favorecer soluções integradas para problemas jurisdicionais complexos.

Modalidades de Cooperação (Res. CNJ 350/ 2020, art. 5º)

- Auxílio Direto: realização de atos específicos sem necessidade de carta precatória.
- Reunião de Processos: para julgamento conjunto ou gestão centralizada.
- Atos Concertados: ações simultâneas por diversos órgãos judiciais.
- Diálogos Interinstitucionais: articulação para soluções estruturais.

Instrumentalização da Cooperação no TJCE

1

Classe Processual Específica: Pedido de Cooperação Judiciária (TPU 12248)

2

Movimentação Específica: "Em Cooperação Judiciária" (TPU 15185)

3

Participantes: Cooperante (ativo) e Cooperado (passivo)

4

Sistemas Disponíveis: SAJPG, SAJSG, PJe 1º e 2º graus

Termos, Acordos e Atos de Cooperação Judiciária - TJCE

1

Acordo de Cooperação Técnica

TJCE e TJRN

Finalidade: Compartilhamento do Sistema GPSMED, voltado à gestão processual de perícias médicas.

Processo Administrativo: nº 8528582-32.2024.8.06.0000

2

Termo de Cooperação Judiciária

**Constituição
da RCCIJ-CE**

Celebrado entre TJCE, TRT da 7ª Região, TRE-CE e Justiça Federal no Ceará.

Objetivo: Criação da Rede Cearense de Cooperação e Inteligência Judiciária (RCCIJ-CE), para articulação institucional, intercâmbio de dados e ações integradas de inteligência judiciária.

3

Termo de Cooperação Interinstitucional

TRT7 e TJCE

Finalidade: Compartilhamento de informações sobre créditos de devedores trabalhistas, promovendo maior efetividade na recuperação de valores e integração de dados entre as esferas trabalhista e estadual.

4

ACT nº 13/2024

TJCE e Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Objetivo: Desenvolvimento de ações conjuntas para realização de cirurgias reparadoras em mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, promovendo recuperação física e dignidade.

5

ATO CONCERTADO Nº 01/2024

Finalidade: Determina a reunião de processos com mesma parte autora e matérias correlatas (como Contratos Bancários, Capitalização, Previdência Privada, Seguro e Cartão de Crédito) em um único juízo, evitando decisões conflitantes e otimizando a tramitação processual.

6

Ofício Circular nº 004/2024

NCJ/TJCE

Comunicação oficial da implantação

Classe processual "Pedido de Cooperação Judiciária" (código 12248)

Movimentação "Em Cooperação Judiciária" (código 15185)

Reforça a obrigatoriedade de utilização correta nos sistemas judiciais (SAJPG, PJe etc.) para fins de rastreabilidade e estatística.

7

TC nº 08/2024

TJCE, TRE-CE, SAP, SEAS

Objetivo: Regularização da situação eleitoral de pessoas privadas de liberdade e adolescentes em unidades socioeducativas, por meio de mutirões e cooperação técnica entre os órgãos.

8

TCI nº 03/2023

TJCE e Universidade Federal do Ceará (UFC)

Finalidade: Realização de perícias em benefício da sociedade civil, promovendo a colaboração entre a Justiça e o meio acadêmico-científico, com impacto social relevante.

9

TCI nº 04/2023

TJCE e Instituições do Sistema de Justiça

Entes envolvidos: TJCE, Núcleo de Depoimento Especial, NCJ, Polícia Civil, MPCE, DPE-CE e OAB-CE.

Objetivo: Regulamentar a realização de oitivas especiais de crianças e adolescentes, como prova antecipada, com o propósito de evitar a revitimização das vítimas.

10

Acordo de Cooperação Técnica

TJCE e TJRN

Objetivo: Estabelecer medidas cooperativas para garantir maior eficiência nas execuções contra empresas em recuperação judicial, promovendo coordenação entre esferas judiciais distintas e maior racionalização dos atos executivos.

11

Termo de Cooperação Judiciária

Constituição da RCCIJ-CE

Finalidade: Estabelecimento de ações conjuntas e integradas em áreas de interesse comum, com vistas à melhoria da prestação jurisdicional e racionalização de recursos públicos, ainda que não especificado diretamente o conteúdo técnico.

Considerações Finais

A cooperação judiciária é um pilar essencial para a modernização da justiça. A atuação coordenada e dialógica entre órgãos do sistema de justiça permite soluções mais rápidas, eficientes e alinhadas com os princípios constitucionais da efetividade, celeridade e proteção integral.

Juízes de Cooperação

Contato Direto

Os juízes integrantes do NCJ atuam como facilitadores da cooperação no âmbito do TJCE.

Magistrados podem contatá-los diretamente para:

- Esclarecimentos sobre a Resolução CNJ nº 350/2020;
- Orientações quanto à utilização da classe processual e movimentação adequada;
- Apoio na articulação de pedidos complexos entre diferentes órgãos judiciais.

Recomenda-se que toda comunicação institucional seja registrada, preferencialmente por e-mail, para fins de rastreabilidade e transparência.

O NCJ está à disposição para fortalecer a cultura cooperativa no TJCE e contribuir com uma prestação jurisdicional cada vez mais eficaz, humana e resolutiva.



Como Solicitar Apoio do Núcleo de Cooperação Judiciária

Qualquer magistrada ou magistrado que deseje realizar um ato cooperativo pode contar com o suporte do **Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE (NCJ)** para orientações, articulações e acompanhamento de procedimentos.

O contato com o NCJ pode ser feito por **e-mail institucional** ou diretamente com os **juízes(as) de cooperação**, que estão à disposição para facilitar o diálogo entre unidades judiciais, promover soluções colaborativas e garantir a correta instrumentalização dos pedidos de cooperação.



Contato Institucional

E-mail: cooperacao@tjce.jus.br



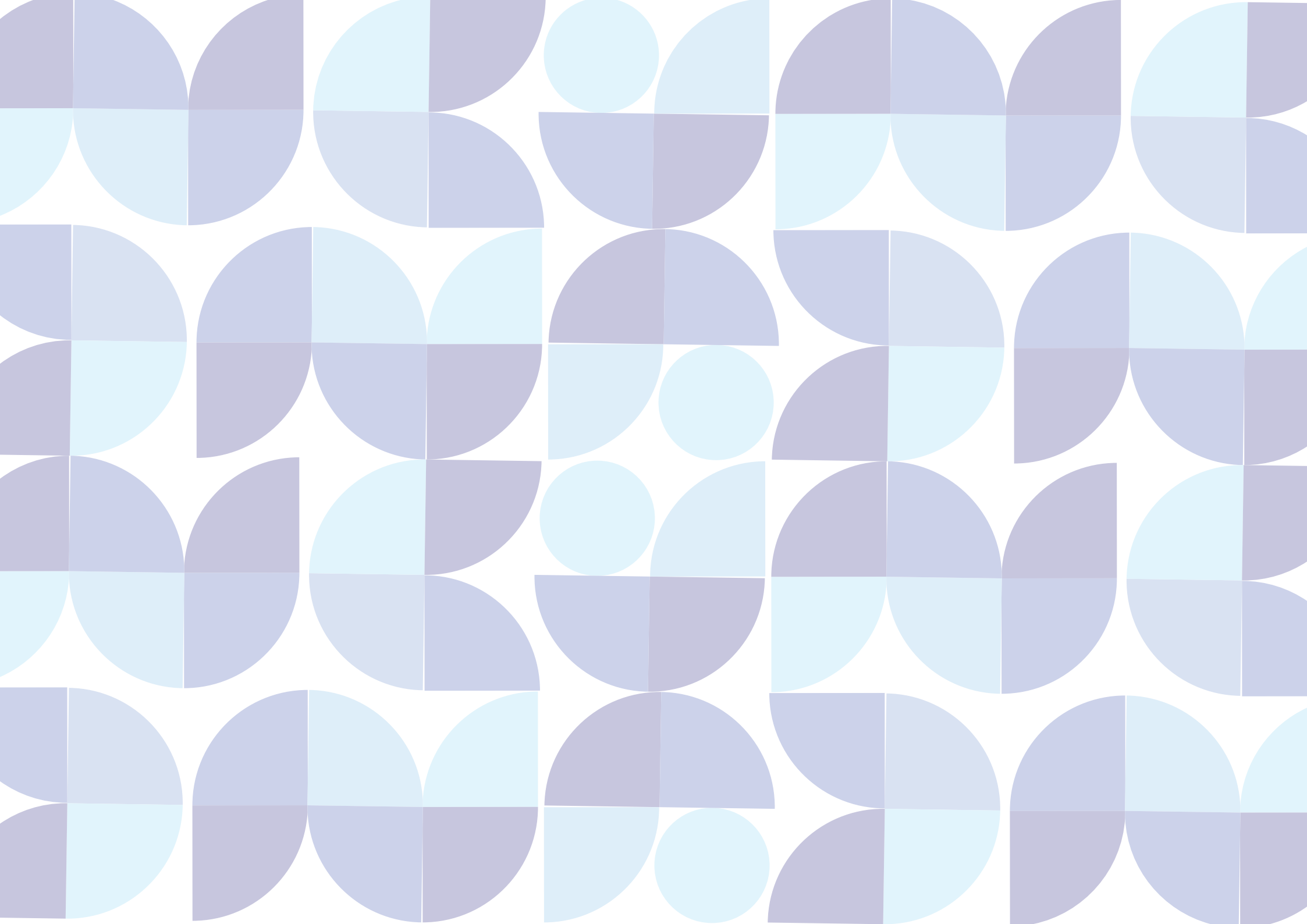
Acesso ao Portal do NCJ

Website: www.tjce.jus.br/comissoes/nucleo-de-cooperacao-judiciaria-ncj/

Clique no link ou use o QRCode



No portal, estão disponíveis informações sobre a composição atual do núcleo, normativos, atas de reuniões, documentos e vídeos tutoriais que auxiliam na compreensão e implementação da cooperação judiciária no âmbito do TJCE.





Cartilha Técnica de

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE